


DESAFIOS À PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL¹

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-341>

Data de submissão: 20/11/2024

Data de publicação: 20/12/2024

Adriana Kelly da Silva Cardoso

Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Vitória, ES. Especialista em Instrumentos do Serviço Social pela Universidade Candido Mendes; Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela UFES/ES; Especialista em Epidemiologia em Saúde pela UFES/ES, Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: dricardoso37@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6374340340906193>

César Albenes de Mendonça Cruz

Docente do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Vitória, Doutor em Serviço Social pela UERJ ES, Mestre em Educação pela UFES; Graduado em Filosofia (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES
E-mail: cesar.cruz@edu.emescam.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1459198997238731>

RESUMO

Os assistentes sociais enfrentam um mundo de trabalho que exige persistentemente mão de obra cada vez mais competente e adequada, a fim de enfrentar as constantes transformações sociais no país, onde a profissão deve transitar em cenários de intervenção que apresentam constantes desafios. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi apresentar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, os desafios enfrentados pelo assistente social em sua prática profissional. Constatou-se que um dos maiores desafios que permeiam o exercício profissional, para ir além da fundamental análise da realidade social no qual se insere o usuário dos serviços, é a criação de alternativas de intervenções exequíveis, sendo necessário ao assistente social ampliar não somente o seu referencial teórico, mas principalmente o seu referencial técnico-operativo para a execução de ações competentes e que possam efetivar, concretizar e preservar direitos sociais. Perante este cenário, os assistentes sociais enfrentam o desafio de não executarem acriticamente as políticas sociais, devendo apoiar os interesses da classe trabalhadora, mobilizando-se para denunciar as situações de injustiça e desigualdade.

Palavras-chave: Serviço Social, Desafios Profissionais, Política Social.

¹ Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo- FAPES pelo apoio financeiro através do edital PROGRAMA DE APOIO AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO CAPIXABAS EMERGENTES – PROAPEM por meio do financiamento do projeto 372/2022 P 2022-X6NFR.

1 INTRODUÇÃO

Cotidianamente os profissionais do Serviço Social têm de enfrentar e resolver situações cada vez mais complexas e seu papel profissional está sujeito a situações sociais e pessoais dos indivíduos que atendem, à instituição, aos modelos teóricos, à metodologia de resolução dos problemas sociais, à situação atual em que se encontram os serviços e os recursos cada vez mais escassos.

Desde seu surgimento até os dias atuais, o Serviço Social vem sofrendo contínuas transformações. Conforme esclarece Falcão e Neto (1987, p. 51), cotidianamente, “sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade”.

A configuração atual da profissão apresenta a dimensão da proteção e da promoção social. Enquanto proteção social, encontram-se as políticas sociais setoriais e de defesa de direitos. A promoção social foca-se no desenvolvimento do indivíduo e sociedade na perspectiva de construção de práticas emancipatórias e democráticas. Ambas as dimensões da atuação profissional, ampliam a compreensão de que o usuário do serviço social não é apenas a população de baixa renda, pois outros níveis sociais também são excluídos dos direitos sociais e encontram restrições de acesso e informações que limitam a sua qualidade de vida (Yazbek, 2016).

Na atual conjuntura, o Serviço Social tem, enquanto princípio ético, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, estando seu projeto ético-político na divergência da atual ordem vigente (Iamamoto, 2021). De acordo com Aguiar (2012), a questão social é um dos elementos fundantes do Serviço Social, pois estes profissionais trabalham na execução das políticas sociais públicas que constituem respostas às diversas expressões da questão social, produzidas pela sociedade capitalista. Em sua trajetória, os profissionais da área vêm participando e trabalhando na busca de alternativas de enfrentamento de tais questões, buscando atuar, na saúde, de acordo com os princípios discutidos e preconizados pelos defensores da reforma sanitária e dispostos no Código de Ética que rege a profissão.

Por meio de seu conjunto de normas, o Código de Ética estabelece direitos e deveres aos profissionais do Serviço Social, representando para a sociedade um mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados à população, assim como uma forma de legitimação social da categoria profissional. O código representa um instrumento que indica e determina parâmetros para o exercício profissional através de normas e sanções, substanciando a identidade profissional diante da sociedade; considerado, também, um marco valorativo e político para a categoria (Aguiar, 2012).

O exercício profissional exige formação contínua e capacitação dos profissionais em exercício, tendo em conta os aspectos ético-políticos, considerando a defesa dos direitos humanos das populações, de acordo com os vários campos de intervenção. Assim, deve haver uma ruptura do conservadorismo profissional, a fim de promover uma transformação social na defesa dos direitos humanos. Entretanto, para além dessa questão, estes profissionais se deparam com diversos desafios em sua prática profissional, que muitas vezes frustram e desgastam, diante de situações de alta complexidade.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi apresentar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, os desafios enfrentados pelo assistente social em sua prática profissional.

2 A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2009), o caráter assistencial diz respeito às principais demandas apresentadas aos profissionais de Serviço Social, enquanto a perspectiva socioeducativa refere-se às orientações reflexivas e socialização de informações aos usuários por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas; constituindo-se no principal eixo de atuação do assistente social.

O objeto de trabalho do assistente social é a questão social e sua origem encontra-se fundamentada na contradição que define a sociedade capitalista, com sua produção cada vez mais social; e a apropriação do trabalho, suas condições e seus resultados, cada vez mais privadas. Dessa forma, atua em um espaço de convergência e de contradições, que é a própria sociedade, mediado por interesses contraditórios, onde o profissional, entendendo esse caráter contraditório, busca romper com o fatalismo/pragmatismo (visão determinista da sociedade) ou messianismo/voluntarista (visão heróica da profissão), pois ambas as visões são distorções dos processos sociais e históricos que não reconhecem a realidade do mercado de trabalho (Menezes, 2006).

Neste sentido, ao analisar os caminhos da prática profissional do assistente social, Simionato (1999, p. 89) afirma que estes se defrontam com duas perspectivas teóricas distintas:

A que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e, uma outra, que compreende a ação profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais. Para tal, exige-se um profissional com qualificação teórico-crítica e prático-operativa capaz de intervir sobre e nas demandas imediatas e de construir novas alternativas de ação conectadas aos processos macrosociais que transcendem o horizonte do projeto da pós-modernidade.

Desta forma, compete ao assistente social colocar os reais interesses e necessidades dos usuários dos serviços de saúde no centro da discussão, principalmente, por ser um profissional que tem contato com as perspectivas do cotidiano do usuário, e, por ser mediador entre estes e a instituição, tem como dever ético-político defender que estas demandas sejam atendidas e que os serviços de saúde as considerem como prioritárias (Menezes, 2006).

Na interpretação de Yazbek (2009), a partir da década de 1990, o Serviço Social passou a contemplar um conjunto de novos valores que lhe dão um norte e priorizam suas competências técnicas, críticas e teóricas e os seus compromissos ético-políticos, para formar profissionais capazes de desvendar as mais diversas faces da questão social.

Nesse sentido, Iamamoto (2021) relata que o Estado passou a criar meios para recompensar a desigualdade criada pelo capitalismo por meio de Políticas Sociais e, dessa forma, interferindo nas questões sociais.

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2021, p. 27).

A partir de então, o Serviço Social ultrapassou a condição de executor de políticas sociais, assumindo posições de planejamento e gestão dessas políticas, diante de uma conjuntura “dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis”, confrontando com transformações na sociedade, sendo desafiado a compreender e intervir em questões emergentes, como a precarização do trabalho, o trabalho infantil, a violência, a discriminação étnico racial, dentre outras comuns à sociedade contemporânea (Yazbek, 2009).

Conforme esclarece Pontes (2017, p. 43), o Serviço Social tem como característica primordial:

Ser uma profissão interventiva. Por isso necessita, além de conhecer a realidade na sua complexidade, criar meios para transformá-la na direção de determinado projeto socioprofissional. Essa dupla dimensão que caracteriza o Serviço Social desafia os profissionais a enfrentá-lo cotidianamente no complexo tecido das organizações sociais que atuam. Esse enfrentamento exige uma equipagem teórico-metodológica a altura de sua complexidade.

Portanto, é preciso que o profissional, no exercício de sua função, tenha uma visão ampla, que vai além das demandas apresentadas, colocando em prática todo o embasamento teórico adquirido, buscando sempre o exercício da observação sensível, demonstrando habilidade ao atuar profissionalmente, compreendendo o sentido social do trabalho e a significância da área no conjunto

da problemática social, pois o assistente social tem seu perfil profissional envolto pela competência técnica, crítica teórica e compromisso ético-político (Iamamoto; Carvalho, 2015).

Segundo Iamamoto (2006, p. 12):

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender no movimento da realidade as tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

O profissional de Serviço Social tem necessidade de analisar a totalidade para chegar à compreensão da essência. De acordo com Setúbal (2007), o assistente social deve incorporar uma prática profissional que poderá levá-lo a aprender não só a ver e julgar, mas a agir e com isso reinventar, reconstruir e até construir. Para tanto, se faz necessário romper com os limites acadêmicos na perspectiva de ir além, em busca da totalidade, visando possibilidades de reconhecer o sujeito como cidadão, só assim será possível incentivar as pessoas a superarem as condições adversas a que são submetidas.

Portanto, a legitimidade do Serviço Social passa, fundamentalmente, pela sua capacidade de responder às necessidades sociais, fonte de sua demanda, que devem ser problematizadas, buscando compreender as mediações que relacionam as necessidades fundamentais do processo de reestruturação produtiva com as exigências do mercado de trabalho. Para tanto, é fundamental que identifique as necessidades dos sujeitos (capital e trabalho) e, a partir do conhecimento dessas necessidades, possa dar conta das requisições postas no seu cotidiano profissional pelo mercado de trabalho.

3 DEMANDAS E DESAFIOS À PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

Na perspectiva do Serviço Social, a intervenção é entendida como a ação organizada e desenvolvida pelos profissionais junto a pessoas, grupos e comunidades cujos objetivos visam a superação dos obstáculos que impedem o progresso no desenvolvimento humano e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com base em fundamentos éticos, epistemológicos e metodológicos, a partir de uma abordagem integral.

As demandas com as quais o assistente social se depara em seu cotidiano profissional são consequência da sociedade capitalista e sua capacidade de resposta para o atendimento dessas demandas está inteiramente ligada ao projeto hegemônico, colocado para a sociedade brasileira nestes últimos anos.

É fundamental que os profissionais tenham clareza dos projetos que estão postos, o que eles significam e suas conseqüências. Isso quer dizer que o assistente social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, pode no seu exercício profissional reforçar o projeto neoliberal com suas políticas seletivas, excludentes e focalistas, que visam ampliar a esfera privada em detrimento da esfera pública, contribuindo para minar os direitos daqueles que demandam seu trabalho para o atendimento de suas necessidades; ou, ao contrário, reforçar o projeto que defende o acesso universal, igualitário, integral e de qualidade das populações demandantes das políticas sociais públicas, contribuindo para que o seu trabalho efetive ações que apontem para o fortalecimento dos sujeitos coletivos dos direitos sociais (Bezerra; Araújo, 2007, p. 207).

Assim, o assistente social atua como mediador entre demandas que resultam das condições de vulnerabilidade da população e aquelas postas pela instituição responsável pela implementação das políticas sociais públicas, que se configuram dentro de uma perspectiva focalista, seletiva e excludente para a prestação dos serviços públicos.

A intervenção do profissional de Serviço Social deve se pautar sempre através de preocupações específicas com a questão ética, direcionando a intervenção para a satisfação das necessidades humanas específicas e para a garantia dos direitos humanos e efetivação da proteção social, trabalhando para o bem-estar e realização pessoal dos seres humanos, valores adotados da Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS), a partir de 1993.

Nesse sentido, o Código de Ética do Serviço Social é um marco para a categoria, tendo sido elaborado democraticamente, configurando, mais que um conjunto de normas, um novo perfil profissional, cuja direção social, segundo Miranda e Cavalcante (2005, p. 14):

Fundamentada sob a Teoria Social Crítica, postula o enfrentamento de antigas e novas expressões da questão social através da montagem de estratégias que ampliem os limites impostos à cidadania e democratizem as políticas públicas e seu acesso diante do padrão de acumulação vigente e do modelo de proteção que lhe é inerente. Contudo, para atingir tais objetivos é preciso dirigir não apenas a ética, mas também o conhecimento e o saber profissionais à construção dessas novas estratégias de poder que possibilitem o enfrentamento concreto das desigualdades sociais, entendendo-se que todas as condutas profissionais têm implicações práticas e podem concorrer para distintos projetos e soluções.

Assim, o profissional precisa reconhecer as necessidades e demandas da população atendida, para que seja capaz de propor ações que vão ao encontro dessas demandas, devendo romper com propostas prontas, na tentativa de efetivar o projeto profissional. Para isso, é essencial a sua aproximação dos usuários, pois, segundo Iamamoto (2006, p. 34), do contrário,

O assistente social poderá dispor de um discurso de compromisso ético-político com a população, sobreposto a uma relação de estranhamento perante essa população, reeditando programas e projetos alheios às suas necessidades, ainda que em nome do compromisso. [...] é necessário romper as rotinas e a burocracia estéreis [...] para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais capazes de ir além das demandas instituídas.

Dessa forma, o assistente social compromete-se com a qualidade e o alcance dos serviços prestados, assegurando a defesa dos direitos sociais, da cidadania e da justiça social, articulando teoria e prática em busca de mudanças nas políticas tuteladoras, visando a participação dos usuários como sujeitos políticos e de direito.

Tais perspectivas são possíveis apenas no cotidiano profissional, pois é neste espaço que o assistente social pode construir alternativas coerentes ao projeto profissional. Para tanto, segundo Boschetti (2004, p. 29),

Um dos desafios postos hoje para a categoria profissional é a de manter as conquistas e avanços desse projeto profissional, pois apesar das adversidades da atual conjuntura, é no cotidiano do trabalho que estão as possibilidades de construir alternativas coerentes com ele, ou seja, materializá-lo, articulando os avanços teórico-metodológicos e éticos acumulados durante as décadas. Para isso, também é necessária uma tomada de posição ética e política que se insurja contra os processos de alienação vinculados à lógica contemporânea, impulsionando-nos a dimensionar nosso processo de trabalho na busca de romper com a dependência, subordinação, despolitização, construção de apatias que se institucionalizam e se expressam em nosso cotidiano de trabalho.

Ao discorrer sobre os desafios do exercício profissional do assistente social, Iamamoto (2021, p. 59) afirma que:

O Serviço Social requer olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua criação, desenvolvendo um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização do compromisso ético-político com interesses coletivos da população usuária. Dessa forma, o exercício da profissão prevê competências teórico-práticas, ético-políticas, técnico-operativas para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. É ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes, passíveis de serem executadas.

Portanto, para Iamamoto (2021), o assistente social é o articulador da população aos órgãos em que trabalha. Sendo o mediador na relação entre o usuário e a instituição, onde busca cumprir os objetivos previstos nos programas institucionais, buscando também identificar os interesses das classes subalternizadas com as quais trabalha.

É através das relações construídas com o assistente social, que o usuário dos serviços assistenciais aprende a se relacionar com as instituições e com seus quadros profissionais, entendendo suas proposições e limites. Muitas vezes, o assistido consegue distinguir a assistência do profissional da assistência social, fonte de suporte e apoio no enfrentamento das situações adversas que vivência, individual ou coletivamente (Yazbek, 2016).

Ainda segundo Yazbek (2016, p. 155):

Apesar da pouca efetividade que se constata nas ações de enfrentamento à pobreza e do caráter compensatório dessas diante das demandas das classes subalternas, os serviços assistenciais

são muitas vezes um espaço de reconhecimento de seus usuários na sociedade. Reconhecimento que, contraditoriamente, revela o lugar social dos que se situam na sociedade exatamente por sua exclusão e subalternidade.

Nesse contexto, é necessária uma atuação crítica e competência teórica dos assistentes sociais, de modo que possam desmistificar o cotidiano e suas relações pela sociedade capitalista, buscando, através da reflexão ética, construir estratégias que superem os limites impostos à cidadania, tendo como objetivos a justiça social e a democracia.

O compromisso ético-político assumido pela categoria tem revelado o desafio da competência profissional, que deve embasar-se no aprimoramento intelectual do assistente social, com ênfase em uma “formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social” e possibilitar um processo de formação permanente, estimulando “uma constante preocupação investigativa” (Netto, 1999, p.105).

Percebe-se que o profissional precisa se requalificar, ter visão crítica da realidade, por meio de uma atitude reflexiva, analítica, investigativa e propositiva frente à realidade. Exige-se um profissional ousado, atento e disposto a apropriar-se e a decifrar novas propostas de trabalho apresentadas ao Serviço Social. Nesse contexto, Guerra (2007, p. 27) afirma que “os valores e princípios do atual projeto profissional remetem a um novo modo de operar a profissão, o que pressupõe a crítica sobre as condições e relações do seu exercício”.

Portanto, não basta se indignar, é necessário que se desenvolva a consciência moral, que se aproprie da ética como reflexão crítica para se estabelecer quais as escolhas e ações tácitas e estratégicas que permitam organizar ações e sujeitos históricos para intervir no processo de democratização da sociedade, visando a uma sociedade justa e equitativa, o que passa pela defesa da vida humana.

Contudo, cabe ressaltar que não é fácil efetivar os direitos dos usuários mediante as inúmeras dificuldades apresentadas no dia a dia do assistente social, onde, por vezes, o profissional está sujeito a condições precárias de trabalho, regido por contratos temporários, salários reduzidos em instituições que não possuem os mínimos necessários para efetivar as suas ações de maneira eficaz.

Nesse sentido, Paz (2015, p. 8) afirma que:

A precarização do trabalho dos profissionais da Política de Assistência Social não se restringe aos vínculos empregatícios, vários fatores contribuem para a precarização das condições de trabalho, como baixos salários, falta de condições materiais e instalações físicas adequadas para a prestação de serviços aos usuários, alta rotatividade dos profissionais, recursos humanos insuficientes e pouco qualificados, ausência da realização de capacitação continuada, insegurança no ambiente de atuação, exigência de produtividade, além do processo de informatização do trabalho, que apesar de tornar as tarefas menos árduas, intensificam o seu desenvolvimento e aumenta a produtividade, tornando-as cada vez mais mecânicas e burocráticas, através de um intenso processo de preenchimento de formulários.

Enfrentar esses novos e velhos desafios implica repensar coletivamente o “significado social da profissão” (Yazbek, 2003, p. 38), em uma perspectiva crítica, rumo à construção de um novo projeto ético-político (Iamamoto, 2006). Implica também considerar que a profissão está historicamente inserida no processo contraditório das relações sociais, reproduzindo e preservando o capital, o que não invalida participar de sua transformação (Yazbek, 2003), a partir do empoderamento da população, fortalecendo seu poder (Faleiros, 2003).

Nessa perspectiva é necessário lembrar que o Serviço Social está intrinsecamente ligado à questão social e ao tratamento de suas expressões manifestadas pela crise do capitalismo, com suas forças e impactos no mundo do trabalho, situação que redimensiona a política social em todos os seus quadrantes, imprimindo uma dinâmica focada e assistencialista (Rosseti, 2011).

Assim, é importante considerar as condições e relações de assalariamento em curso no mundo do trabalho em suas tendências globais. De acordo com Abilio (2020, p. 112), o processo de uberização atual tem sido um traço marcante na atualidade, afirmando que:

A uberização do trabalho define uma tendência em curso que pode ser generalizável pelas relações de trabalho, que abarca diferentes setores da economia, tipos de ocupação, níveis de qualificação e rendimento, condições de trabalho, em âmbito global. Derivado do fenômeno social que tomou visibilidade com a entrada da empresa Uber no mercado, em realidade o termo uberização se refere a processos que não se restringem a essa empresa nem se iniciam com ela, e que culminam em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho.

A partir do processo de uberização, portanto, o trabalho regulamentado por meio de vínculo formal perde força para dar lugar ao trabalho sem garantias, com desregulamentação da proteção, constituindo a precarização do trabalho, expressa nas jornadas, salários, meios de contratação, dentre outras.

No que se refere aos assistentes sociais, Camargo (2021) ressalta que estes profissionais também vêm sofrendo mudanças, não somente relacionadas ao aumento da demanda, mas também pela intensa precarização das relações e condições de trabalho, com novas formas de contratação, escassez de recursos, precariedade das políticas sociais e das instalações físicas onde atuam. Camargo (2021, p. 504) observa, ainda, que “dentre todos os processos que interpelam o serviço social no mercado de trabalho, cabem destacar, também, os impactos dessas condições na saúde do trabalhador”.

Por fim, é importante que os assistentes sociais estejam sempre atentos aos princípios éticos da profissão, que incluem o respeito à dignidade humana, a promoção da justiça social e a garantia de direitos. Manter-se firme nesses valores é um diferencial essencial em contextos desafiadores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recorrer ao assistente social, o usuário espera que o profissional seja capaz de construir respostas que deem conta de sua necessidade, mesmo aquelas de caráter imediato como a dificuldade de acessar os serviços, como também, a busca por informações e demais orientações.

Nesse sentido, cumpre ao assistente social constituir o espaço público de reconhecimento e pertencimento social dos usuários, além de instância em que os interesses e projetos são reconhecidos como demandas legítimas, contribuindo assim de forma a garantir a efetivação de políticas públicas nos serviços de assistência social.

Sendo assim, um dos maiores desafios que permeiam o exercício profissional, para ir além da fundamental análise da realidade social no qual se insere o usuário dos serviços, é a criação de alternativas de intervenções exequíveis, sendo necessário ao assistente social ampliar não somente o seu referencial teórico, mas principalmente o seu referencial técnico-operativo para execução de ações competentes e que possam efetivar, concretizar e preservar direitos sociais.

Perante este cenário, os assistentes sociais enfrentam o desafio de não executarem acriticamente as políticas sociais, devendo apoiar os interesses da classe trabalhadora, mobilizando-se para denunciar as situações de injustiça e desigualdade. Para isso, seu papel deve ultrapassar o atendimento das necessidades imediatas dos usuários, entendendo que sua função profissional é nutrir, encorajar, ajudar, permitir, apoiar e estimular as forças internas dos cidadãos para identificarem o seu potencial e os recursos disponíveis nos seus próprios ambientes, promovendo, assim, a equidade e a justiça em todos os níveis da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just in time. In: ANTUNES, R. (Org.). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AGUIAR, S. O estágio supervisionado em serviço social no centro de alta complexidade em oncologia (CACON) da Associação Hospital de Caridade de Ijuí: relato de experiências. 2012. 92f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.
- BEZERRA, S. O.; ARAÚJO, M. A. D. As (re)configurações das demandas ao serviço social no âmbito dos serviços públicos de saúde. RAP, v. 41, n. 2, p. 187-209, 2007.
- BOSCHETTI, I. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. Temporalis, v. 4, n. 8, p. 19-30, 2004.
- CAMARGO, M. A. B. C. A. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade. Serviço Social & Sociedade, n. 142, p. 488-507, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Parâmetros para atuação de assistente social na saúde. Brasília: CFESS, 2009.
- FALCÃO, M. C.; NETTO, J. P. Cotidiano: conhecimento e crítica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- FALEIROS, V. P. Estratégias de Empoderamento na Tradução do Serviço Social de Pablo Bussetti. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 2003.
- GUERRA, Y. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço Social & Sociedade, n. 91, p. 5-33, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetória e desafios. In: MOTA, A. E. et al. 1 (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2021.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- MENEZES, V. B. Formação e atuação profissional: uma relação indissociável. 2006. 129f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MIRANDA, A. P. R.; CAVALCANTI, P. B. O Serviço Social e sua ética profissional. Revista Ágora, v. 1, n. 2, p. 1-23, 2005.
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PAZ, F. A. R. A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luis. Anais... São Luis: UFMA, 2015.

PONTES, R. N. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua aproximação pelo Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

ROSSETTI, E. B. Desafios contemporâneos das políticas sociais. Revista Katálysis, v. 14, n. 1, p. 9-10, 2011.

SETUBAL, A. A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. Revista Katálysis, v. 10, n. esp., p. 64-72, 2007.

SIMIONATO, I. As expressões ideo-culturais da crise capitalista da atualidade. Brasília: CEAD, 1999.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, M. C. Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: BORGIANI, E.; GUERRA, Y. A. D; MONTAÑO, C. (Org.). Serviço Social crítico Rumo à construção do novo projeto ético-político profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

YAZBEK, M. C. Classes subalternas e Assistência Social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.